

NOVOS CAMINHOS, COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE: A PSICOLOGIA EM EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS¹

Maria Chalfin Coutinho

Adriano Beiras

Dhiancarlos Picinin

Gabriel Luiz Lückmann

Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO: Cada vez mais se buscam alternativas para garantir a sobrevivência das camadas mais atingidas da população. Dentre as estratégias já realizadas, cabe destacar a ampliação e o desenvolvimento de organizações populares, fundadas nos princípios da solidariedade, constituindo, assim, alternativas de trabalho e geração de renda para trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal ou informal. Dentro deste contexto, este trabalho buscou evidenciar novas possibilidades de atuação da psicologia social e do trabalho junto a estas organizações fundadas nos princípios gerais da autogestão. Para isso propôs-se a realização de uma discussão sobre a economia solidária hoje e a delimitação do papel da psicologia neste setor. Assim, efetuou-se um breve levantamento sobre o significado e os conceitos de economia solidária, autogestão, cooperativas e associativismo, e sua história no Brasil de forma a integrar este conhecimento com a psicologia visando evidenciar possibilidades de um novo campo de atuação.

PALAVRAS-CHAVE: Economia solidária, cooperativismo, psicologia social do trabalho

NEW PATHS, COOPERATION AND SOLIDARITY – THE PSYCHOLOGY IN SOLIDARY ENTERPRISES

ABSTRACT: More and more often, alternatives to provide the survival of the most needy part of the Brazilian population have been searched. Amongst these strategies, solidary organizations accomplish an outstanding work. Recently, these organizations have been developing and increasing in popularity, as well as providing alternatives in employment and income for workers excluded from the formal and the informal labour market. Given this scenario, there are contributions which social and occupational psychology can make to these self-managing organizations. This article begins proposing a discussion about the current situation of solidary economies and the definition of the psychologist's role in this sector. This discussion is based on a research regarding the history of solidary economies in Brazil, its meaning and related concepts, such as self-management, cooperatives and associative organizations. The combination of the knowledge acquired through the research and the psychology provides a new field of possible interventions.

KEY-WORDS: solidary economy, cooperatives, social and occupational psychology

INTRODUÇÃO

Vivemos em um momento de crise, desemprego e intensa exclusão social. Homens e mulheres se tornaram descartáveis, como meras mercadorias de prateleiras de supermercados, no qual excluídos se tornam multidões. Em todo o mundo, crescem os protestos, em prol de alternativas para solucionar tais problemas. Buscam-se maneiras que possam garantir a sobrevivência das camadas mais atingidas da população, oferecendo oportunidade real de se re-inserir na economia por sua própria iniciativa; transformando, dessa forma, desempregados em microempresários ou operadores autônomos.

Entre as estratégias de sobrevivência cabe destacar a ampliação e o desenvolvimento de organi-

zações populares, fundadas nos princípios da solidariedade, constituindo, assim, alternativas de trabalho e geração de renda para trabalhadores excluídos do mercado de trabalho. É neste contexto que iniciamos uma discussão sobre economia solidária e a participação da psicologia social e do trabalho neste setor, visando embasar teoricamente um projeto de extensão em psicologia².

A psicologia tem, no que se refere ao trabalho, grandes possibilidades de atuação, sendo de significativa importância na medida em que possibilita resgatar, escutar as experiências dos trabalhadores, seus sofrimentos, seu dia-a-dia dentro deste contexto excludente do mundo globalizado. Assessorando-os na construção de uma consciência crítica, propondo no-

vas formas de experienciar o trabalho, reconstruindo vínculos e reivindicando direitos. Neste sentido, a psicologia social, voltada para o trabalho, busca compreender a realidade social destes trabalhadores, identificando suas diferenças e igualdades, suas histórias, regras, reestruturações e lutas. Desta forma, busca-se criar um novo campo de atuação para psicólogos, voltado para coletivos solidários de trabalhadores³.

O presente artigo se insere no campo proposto acima. Inicialmente propomos uma reflexão teórica sobre o conceito de Economia Solidária e suas formas de organização. Em seguida procuramos contextualizar a realidade brasileira sobre este tema. Na seqüência, discutimos a participação da psicologia procurando evidenciar uma possível prática, dentro de seus limites e possibilidades.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária tem se disseminado cada vez mais como uma possibilidade de sobrevivência das camadas da população excluídas do mercado formal de trabalho. Manifesta-se sob diferentes formas organizativas, construídas sobre princípios gerais que fundamentam a prática da autogestão, caracterizada por tomadas de decisão mais democráticas, relações sociais de cooperação entre pessoas e grupos e pela horizontalidade nas relações sociais em geral.

Gaiger (2000), acredita que a economia solidária estaria apontando para a possibilidade de criação de uma forma social de produção diferente, que convive com a produção capitalista. Já para Lisboa (2000), esta foi concebida para atuar fora da esfera estatal e em paralelo à economia mercantil, fundando-se na tradição familiar, na economia camponesa, no trabalho por conta própria, nos empreendimentos autogestionários.

Machado e Ribas (2002) acreditam ser o objetivo central da economia solidária a geração de possibilidades econômicas destinadas à reintegração dos "excluídos" pela ordem neoliberal de forma que passem a pertencer novamente ao processo de produção e, portanto, com possibilidade de trabalho e de renda. Para compreender a lógica da economia solidária, segundo Singer (2000), é fundamental considerar a crítica operária e socialista ao capitalismo, que condena a ditadura do capital nas empresas e o poder ilimitado que o direito de propriedade dá ao dono dos meios de produção.

A história da autogestão é marcada por várias experiências de lutas operárias, surgindo sempre depois de momentos de crise e caracterizando-se como uma estratégia bem definida na luta de classes, que objetiva o pleno domínio do processo e das condições de trabalho, através da propriedade coletiva dos mei-

os de produção e de processos coletivos de tomada de decisão, fundados na solidariedade de classe.

Segundo Albuquerque, citado por Singer (2003), são identificáveis duas determinações essenciais do conceito de autogestão: a) superar a distinção entre quem toma as decisões e quem executa e b) autonomia decisória de cada unidade de atividade. O caráter radical da autogestão abole a divisão social do trabalho, pois, em tese, os próprios produtores dirigem sua produção e controlam os meios de produção, não existindo mais classes sociais, mercado, ou mesmo Estado. A autogestão não é uma relação apenas política, mas uma relação de produção que se dissemina por todas as esferas da vida social, porém não acreditamos que sua expressão radical seja possível no capitalismo. O que acontece são formas organizativas solidárias inspiradas nos princípios autogestionários como: associações e cooperativas.

Guillerm e Bourdet (1976) apontam um contínuo desde formas participativas mais limitadas, tal como a gestão participativa e a co-gestão, até a autogestão social, que implicaria em uma transformação radical da sociedade. Para estes autores "[...] as cooperativas têm convivido com o sistema capitalista sem contestá-lo seriamente, uma vez que, não podem, por si mesmas, levar à autogestão social" (COUTINHO, 2000, p. 14).

Acreditamos que os empreendimentos solidários podem constituir-se em alternativas de geração de trabalho e renda, mas são incapazes de confrontar as formas mercantis de produção. Diante do contexto de desemprego e precarização das relações de trabalho, as formas cooperativas, assim como outras organizações do terceiro setor, não são "...uma alternativa efetiva e duradoura ao mercado capitalista, mas cumpre um papel de *funcionalidade* ao incorporar parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital." (ANTUNES, 2000, p.113).

A economia solidária vem se estruturando hoje através de associações e cooperativas. Associações são quaisquer grupos sociais unidos em torno de uma finalidade específica e com estatuto orientado pelo Código Civil Brasileiro de 2002. No Brasil, o associativismo ainda está em processo de constituição como movimento social forte e articulado.

O cooperativismo teve contribuições teóricas de vários pensadores, que procuravam ver realizada uma ordem econômica baseada na justiça social, impulsionando diversas realizações práticas. Segundo Singer (2003), uma das mais famosas experiências foi a de Robert Owen na Inglaterra. Esta iniciativa de experimentar os princípios revolucionários de autogestão e justiça social foi imitada em diversos países.

As cooperativas calcadas nas propostas soli-

dárias em geral operam sob alguns princípios, como liberdade de adesão, gestão democrática participativa e igualdade de participação econômica, isto é, cada membro contribui igualmente para o capital da cooperativa, cujos excedentes, se for este o caso, terão seu destino estabelecido através de decisões democráticas feitas pela cooperativa. Todas as ações das cooperativas devem primar pela segurança do controle democrático e autonomia. As cooperativas devem promover a contínua educação e formação de seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores de forma que estes possam contribuir eficazmente para o desenvolvimento das mesmas.

A sobrevivência das cooperativas requer atuação conjunta, através de suas representações locais, regionais, nacionais e internacionais, facilitando a troca de produtos e serviços que possibilitem a subsistência e desenvolvimento dos empreendimentos cooperativos em geral e criação de novas cooperativas. Contudo, é preciso que se esteja atento a um mecanismo utilizado por empresas que, para não terem de arcar com encargos sociais de seus empregados, alteram seus registros legais de forma a apresentarem uma “fachada” de cooperativa enquanto continuam funcionando como empresas, isto é, calcadas na relação patrão-empregado e sustentadas no lucro. São as chamadas “cooperativas-gato”, que dão à sociedade uma imagem falsa das cooperativas solidárias ou populares, prejudicando os grupos que se mostram engajados em empreendimentos legitimamente solidários, que acabam esbarrando no preconceito e na escassez de políticas públicas e linhas de crédito para esse tipo de iniciativa.

UM POUCO MAIS SOBRE OS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL

Os primeiros empreendimentos solidários no Brasil começaram a ganhar mais destaque na década de 1980⁴ e se tornaram mais comuns a partir da metade da década de 90. Eles são resultantes de vários movimentos sociais que se mobilizaram diante da crise de desemprego que passou a assolar o país a partir de 1981 e se agrava no início dos anos 90 com a abertura de mercado para os produtos importados. Segundo Singer (2000), os primeiros empreendimentos são resultado do apoio de assessores sindicais a operários que se apossaram da massa falida de empresas assumindo seu controle administrativo com o objetivo de manter os empregos e a renda dos trabalhadores. Essas empresas se uniram para formar a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (ANTEAG).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também tem papel fundamental na con-

solidação das cooperativas no Brasil. Uma das principais estratégias do movimento para fazer com que as áreas assentadas se tornem economicamente viáveis é organizar diferentes tipos de cooperativas. Singer (*ibid.*) também cita as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que funcionam ligadas a universidades como fortalecedoras do cooperativismo no Brasil. As incubadoras têm por objetivo organizar grupos de trabalhadores em torno de cooperativas de trabalho ou de produção dando apoio administrativo e jurídico.

Atualmente, não há dados claros sobre o número de empreendimentos autogeridos em nosso país. Mas está evidente que seu número vem aumentando e já é bastante significativo. Esse aumento se deve, principalmente, as diversas formas de precarização do trabalho e ao aumento vertiginoso do desemprego. Porém pode-se perguntar por que os empreendimentos autogeridos ganharam força nos últimos anos, já que a precarização do trabalho e o desemprego estão presentes há muito mais tempo em nossa sociedade. Ocorre que o tempo de retorno dos trabalhadores ao mercado formal está muito mais longo e muitos deles não tem possibilidade de voltar ao mercado formal por diversos motivos como baixa escolaridade, faixa etária entre outros.

O ENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA: CONTEXTUALIZAÇÃO E POSSIBILIDADES

Buscando auxiliar os trabalhadores nesta difícil realidade, acreditamos que a psicologia social e do trabalho pode ser de grande valia para a consolidação destes empreendimentos, atuando de diversas maneiras, seja com a organização como um todo, seja com cada trabalhador. Priorizaremos aqui as intervenções de caráter coletivo, porém, faz-se necessário adaptar técnicas tradicionais, como as dinâmicas de grupo, às características dos membros da comunidade, revendo referências de tempo, espaço, escolaridade etc.

A psicologia do trabalho aplicada às organizações passou por várias etapas desde o seu surgimento como instrumento das indústrias que seguiam os pressupostos tayloristas. A psicologia industrial, classificada por Sampaio (1998) como a primeira face da psicologia no campo, tinha como função realizar seleção e colocação profissional, ou seja, se integrava ao princípio taylorista de colocar o sujeito na função que melhor se adequasse às suas características. Além disso, fazia orientação profissional e avaliava as condições de trabalho com o objetivo de aumentar a produtividade.

O mesmo autor classifica a segunda face da psicologia aplicada ao trabalho como psicologia organizacional, argumenta que essa face não foi uma

ruptura com a primeira, mas sim a incorporação de novas atividades como treinamento, classificação de pessoal e avaliação de desempenho, além de passarem a discutir as estruturas das organizações de trabalho. Nesse período foram incorporadas as novidades do estruturalismo e da teoria sistêmica da administração. Fica claro que essa passagem não representou mudanças nos objetivos da psicologia, pautados no aumento da produtividade nas empresas.

Muitas críticas foram feitas à psicologia organizacional enfatizando sua orientação tecnocrática e sua falta de interesse pelo simbólico. Chanlat, citado por Sampaio (1998), coloca que a pesquisa e o desenvolvimento da psicologia organizacional foi orientada pela busca de eficácia, desempenho e produtividade.

Sampaio (1998) critica o caráter instrumental da disciplina, mesmo quando da introdução de novas teorias, como a teoria contingencialista. Esta teoria, introduzida pela Administração nos anos 70, buscava compreender os fenômenos produtivos a partir dos condicionantes externos, mas mantinha o foco no aumento da lucratividade. O questionamento dos objetivos da psicologia organizacional originou a terceira face da psicologia do trabalho, que busca compreender o trabalho humano nos seus significados e em todas as suas manifestações. Diferencia-se das faces anteriores por se voltar para a saúde e bem-estar dos trabalhadores, não priorizando o lucro e a produtividade.

Diferente das práticas tradicionais, a psicologia do trabalho voltada para as organizações solidárias visa o desenvolvimento da autonomia e da solidariedade, buscando re-significar a identidade profissional do trabalhador/cooperado, fortalecendo o vínculo grupal. Para a realização destes objetivos, o resgate da psicologia comunitária mostra-se de grande valia, considerando que, historicamente, esteve voltada para os grupos populares. Na mesma linha de pensamento de Campos (1996), procura-se trabalhar com estes grupos para que eles assumam progressivamente o papel de sujeitos de sua própria história, conscientes dos determinantes sócio-políticos de sua situação e ativos na busca de soluções para os problemas enfrentados.

Para Lane (2003), a psicologia comunitária no Brasil surge no período posterior ao golpe militar de 1964 como um questionamento dos profissionais de psicologia a respeito da sua atuação junto à maioria da população. A autora também salienta que os grupos são o espaço privilegiado para uma análise teórico-prática do desenvolvimento dos indivíduos e que o psicólogo inserido em comunidades trabalhará, fundamentalmente, com as relações grupais, vínculo essencial entre indivíduos e a sociedade.

Ao resgatarmos os conhecimentos acumulados pela psicologia comunitária, buscamos incorporar um saber construído a partir da perspectiva das camadas menos favorecidas da população. Pretende-se, assim, ampliar o campo de pesquisas e intervenções da psicologia do trabalho, tradicionalmente voltada para a adaptação dos trabalhadores ao modo capitalista de produção. Neste sentido, fizemos uma proposta de intervenção articulando as abordagens teórico-metodológicas da psicologia comunitária e da psicologia do trabalho.

Em nossa experiência nas atividades de extensão universitária, encontramos grupos bastante heterogêneos, principalmente no que diz respeito à faixa etária. O trabalho foi feito em uma Associação de Recicladores de Lixo, a partir de um levantamento inicial das associações e cooperativas existentes na região da grande Florianópolis e de posterior apresentação de uma proposta de intervenção. Nossa prática procurou tornar o grupo consciente de suas dificuldades e conquistas, bem como de seu próprio processo grupal. O grupo levantou problemas a serem resolvidos, tais como: a falta de conscientização do uso do material de segurança, a desvalorização do trabalho e das condições fornecidas pelos próprios associados e pela população em geral.

"Compete, portanto, aos psicólogos/as comunitários/as trabalharem na construção de uma consciência crítica, de uma identidade coletiva e individual mais autônoma e de uma nova realidade social mais justa." (Neves & Bernardes, 2001, p.242). Sendo que, esta busca do desenvolvimento da consciência crítica, da ética, da solidariedade e de práticas cooperativas ou autogestionárias, a partir da análise dos problemas cotidianos da comunidade, marca, de acordo com Freitas, citado por Campos, (1996), a produção teórica e prática da psicologia social comunitária.

Utilizando teoria e métodos da psicologia em trabalhos feitos em comunidades de baixa renda, como em experiências em bairros populares, favelas, associações de bairro, comunidades eclesiais de base e movimentos populares, esta prática visa a melhoria das condições de vida da população trabalhadora, partindo de um levantamento das necessidades e carências vividas por cada grupo.

E COMO ESSE TRABALHO PODE SER FEITO?

Os métodos tradicionais da psicologia do trabalho, construídos nos setores de recursos humanos das organizações de grande porte, não são compatíveis com as organizações solidárias, daí decorre necessidade de desenvolvimento de metodologias oriundas da psicologia comunitária e centradas nos processos grupais.

Os programas de intervenção desenvolvidos em coletivos solidários devem buscar contribuir para sua organização e gestão. Para tanto, é preciso enfrentar "...dois grandes desafios: 1) o de desenvolver estruturas e canais de diálogos compatíveis com as necessidades e a cultura dos cooperados; 2) o de garantir a organicidade entre as estruturas organizacionais e os sujeitos que delas participam." (SCOPINHO & MARTINS, 2003, p. 136).

Temos como principal objetivo o fortalecimento dos laços coletivos, atuando a partir do entendimento dos processos grupais desenvolvidos em cada organização solidária, utilizando técnicas de dinâmica de grupo que favoreçam a emergência das características singulares do grupo. Em nossa prática com a associação de recicladores, o nosso modelo de intervenção passou por várias revisões, já que, apesar de termos buscado referências não tradicionais da psicologia organizacional, o coletivo com o qual estávamos lidando tinha especificidades que exigiram um trabalho de adaptação na linguagem utilizada e na forma de intervenção. Apesar de algumas dificuldades, encontramos resultados bastante positivos. Percebemos problemas relacionados a: comunicação, confiança e entendimento grupal (focos, intrigas, falta de conversa etc.). Vimos que a associação tem seus mecanismos próprios para regular alguns destes problemas, como advertências verbais, regulamentadas no estatuto.

O elemento desencadeador do processo grupal é o reconhecimento mútuo dos sujeitos, que ao se verem compartilhando algo significativo, sentem-se constituintes de um grupo. A partir do encontro promovem, simultaneamente, continuidades e rupturas com a história pregressa, construindo assim sua própria rota, sendo esta marcada tanto pelas singularidades presentes quanto pela ação coletiva ali engendrada. Neste sentido, concordamos com a afirmação: "A produção do coletivo se faz à medida que todos interagem e negociam visando o interesse em comum", sendo que "o coletivo é produzido concomitantemente pelas singularidades que o produzem" (ZANELLA & PEREIRA, 2001, p.112).

O que caracteriza a constituição do grupo é a ação grupal ou coletiva, desencadeada por uma consideração mútua, realizando-se com o envolvimento de todos e tendo como resultado o coletivo. Desta forma, sua existência dependerá da ação deliberada de seus participantes e este agir coletivo será gerador de outras novas necessidades que realimentarão, por conseguinte, as relações entre os sujeitos e seus interesses em trabalhar coletivamente.

Partindo do entendimento do processo grupal como uma ação coletiva, buscamos uma maneira de intervenção profissional adequada aos coletivos soli-

dários. Este suporte teórico fundamentou a escolha de técnicas de dinâmica de grupo adequadas para uma intervenção grupal transformadora, possibilitando que os trabalhadores sejam vistos como sujeitos ativos, capazes de decidir coletivamente seus destinos, ainda que conscientes de suas possibilidades e limites.

A expectativa inicial era a de desenvolver um modelo de intervenção psicológica capaz de atender às necessidades de organizações não tradicionais. Esta experiência foi realizada a partir de módulos temáticos criados para organizar a atuação, relacionados a temas como: laços grupais, comunicação, liderança e tomada de decisões em grupo, cooperação e solidariedade e identidade profissional e coletiva. Um desafio foi adaptar as práticas a trabalhadores com baixo grau de escolaridade (muitos analfabetos), estabelecendo uma relação flexível e não autoritária com eles.

Procurou-se realizar atividades vivenciais inspirados no psicodrama, em brincadeiras infantis e nos jogos cooperativos, de forma que o conhecimento pudesse ser entendido de forma mais eficiente e adequada para esses grupos. É importante destacar as contribuições da psicologia no que se refere a: compreensão de fenômenos grupais, tomadas de decisão e resolução de problemas; fornecendo estratégias de resgate da cidadania e da consciência coletiva, estimulando a reflexão dos trabalhadores sobre seu potencial como agentes de mudanças sociais.

O contato com estas organizações permitiu que fosse percebido o quanto o apoio externo é fundamental para sua sobrevivência. Foi possível observar que freqüentemente a criação, manutenção e desenvolvimento desse tipo de organização depende de apoio de educadores, de sindicalistas ou de técnicos de outras entidades. O desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o campo da economia solidária também é fundamental para a sobrevivência dos coletivos solidários de trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária decorre de um conjunto de circunstâncias que pressionaram pela busca de saídas para a difícil situação atual da classe trabalhadora. Acreditamos que as experiências neste campo resultam de um processo contínuo de trabalhadores em luta contra as desigualdades provocadas pelo capitalismo.

Atuando no processo grupal, pode-se, também, auxiliar o grupo a tornar-se um local de diálogo, solidariedade e cooperativismo, onde os sujeitos se envolvam na luta coletiva contra a opressão, injustiça e desigualdade, antes enfrentadas individualmente. Se, por um lado, o desenvolvimento de um projeto comum transforma esses indivíduos em grupo, por

outro, é somente sua estruturação como grupo que possibilita a construção de alternativas solidárias de luta.

Novos significados e ações são produzidos coletivamente, pois juntos podem reconstruir seu momento histórico, modificando-o, buscando superar as opressões existentes sobre o grupo. Tal superação, entretanto, defronta-se com os limites impostos pela inserção dos coletivos solidários em uma sociedade de mercado, que privilegia valores econômicos.

A partir disso, cabe ressaltar a importância de projetos de extensão universitária voltados para organizações solidárias, na medida em que estes auxiliam a população em suas necessidades básicas e específicas através de conhecimentos produzidos no contexto da universidade, marcadamente nas universidades públicas. A integração da universidade com as comunidades permite a aplicação dos conhecimentos acadêmicos, adaptando-os a cada contexto e criando novas possibilidades de atuação profissional.

NOTAS

¹ Uma versão inicial deste artigo foi apresentada no XII Encontro Nacional da ABRAPSO, em outubro de 2003 na PUCRS, Porto Alegre.

² Projeto de extensão universitária do curso de graduação em psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, intitulado "Assessoria Psicológica a Organizações Solidárias de Trabalhadores".

³ Entendemos aqui como organização solidária de trabalhadores (OST) uma forma alternativa de geração de renda, sendo que este coletivo pode se organizar como cooperativa ou associação, caracterizando-se por formas coletivas de tomada de decisão, propriedade coletiva dos meios de produção e distribuição igualitária dos rendimentos.

⁴ É preciso ressaltar que as cooperativas agrícolas já eram comuns no Brasil, mas não se caracterizavam como empreendimentos solidários.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negociação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRASIL, República Federativa. *Código Civil*. São Paulo: Saraiva, 2002.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. *A psicologia Social Comunitária* In.: CAMPOS, Regina Helena de Freitas. *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

COUTINHO, M. C. *Entre o velho e o novo: estratégias de participação no trabalho*. 2000. 284 f. Tese

(Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

GAIGER, L. I. Sentido e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, G.. et al. (org.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p.167-190.

GUILLERM, A; BOURDET, Y. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LANE, Sílvia T.M. *Histórico e Fundamentos da Psicologia Comunitária no Brasil*. In: CAMPOS, Regina H. de F.(org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia*. 9ª ed.. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 17-34.

LISBOA, A.de M. *Empresa Cidadã: na metamorfose do capital?* Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

MACHADO, L. C. Pinheiro e RIBAS, C. *Economia solidária: solução ou engodo?* Florianópolis:UFSC, [digitado], 2002.

NEVES, S. M. ; BERNARDES, N. M. G.. *Psicologia Social e Comunidade*. In: STREY, M. N. *Psicologia Social Contemporânea*, Petrópolis:Vozes, 2001.

SAMPAIO, J. dos R. *Psicologia do Trabalho em Três Faces*. In: GOULART, I. B. (Org.) *Psicologia do Trabalho e Gestão de Recursos Humanos: Estudos Contemporâneos*. (pp.19-40) São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

SCOPINHO, R. A; MARTINS, F. G. *Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária: reflexão sobre o método*. *Psicologia & Sociedade*, v.15, n.2, p.124-143, jul./dez.,2003.

SINGER, P. *Economia Solidária: um modo de produção e distribuição*. In: P. SINGER, A *Economia Solidária no Brasil: A autogestão como Resposta ao Desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. *Economia Solidária*. In: CATTANI, A. A *Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

ZANELLA, A.V & PEREIRA, R.S. Constituir-se enquanto grupo: a ação de sujeitos na construção do coletivo. In: *Estudos de Psicologia*, v.6, n.1, p.105-114, jan./jun., 2001.

Maria Chalfin Coutinho é docente do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, coordenadora do projeto de extensão Assessoria Psicologia a Organizações Solidárias de Trabalhadores.

*O endereço eletrônico da autora é:
chalfin@mbox1.ufsc.br*

Adriano Beiras é Psicólogo, Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

*O endereço eletrônico do autor é:
adrianobe@ibestvip.com.br*

Dhiancarlos Picinin é Psicólogo, Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

*O endereço eletrônico do autor é:
dpicinin@uol.com.br*

Gabriel Luiz Lückmann é Psicólogo formado pela Universidade Federal de Santa Catarina.

**Maria Chalfin Coutinho, Adriano Beiras,
Dhiancarlos Picinin, Gabriel Luiz
Lückmann**

**Novos caminhos, cooperação e
solidariedade: a psicologia em
empreendimentos solidários.**

Recebido: 14/10/2004

1ª revisão: 27/01/2005

2ª revisão: 8/04/2005

Aceite final: 25/04/2005